



**PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

Discurso do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, no Seminário Avanços e Desafios para a Garantia de Direitos Humanos no País, organizado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos

Painel:

Promoção dos direitos humanos – o que foi feito e o que falta fazer

(27/06/13, às 10h30, na Escola de Direito da FGV)

Bom dia a todas e todos,

É uma grande satisfação participar deste seminário, organizado por parceiros essenciais e históricos na promoção e defesa dos direitos humanos no Brasil. Agradeço fortemente o convite e cumprimento todos os participantes. Saúdo a iniciativa em nome do meu caro Oscar Vilhena e do Sérgio Haddad. Saúdo também meus companheiros de mesa Jacqueline Pitanguy, Cidinha da Silva e Mário Santilli.

É um desafio enorme falar do tema aqui proposto, “o que já foi feito e o que ainda falta fazer para a promoção dos direitos humanos”.

Avançamos muito na promoção e defesa dos direitos humanos no país desde o início do processo de redemocratização, mas ainda temos muito a construir. E

considerando que direitos humanos não admitem retrocessos, precisamos trabalhar constantemente para garantir essa perspectiva.

Podemos começar reconhecendo e celebrando os avanços históricos alcançados no Brasil, sobretudo nos últimos dez anos, que revigoram nossas forças e nossa convicção no poder transformador da participação social. Mais do que isso, nos dá energia para ir além e pensar novas formas de resistência e de ativismo social para dar conta dos desafios atuais. Uma resistência ampliada, revisitada, que se constrói por meio do diálogo, da multiplicação e qualificação dos espaços de participação, e do fortalecimento das instituições democráticas.

Precisamos ainda refletir sobre um possível retrocesso conservador que parecemos estar vivendo em algumas circunstâncias, apesar de achar importante avaliar se isso é mesmo verdade. Até que ponto as manifestações conservadoras e fundamentalistas recentemente observadas representam de fato um retrocesso ou devem ser consideradas uma ameaça aos direitos humanos no país? Estaríamos mesmo andando para trás ou será que não é justamente uma reação por causa dos avanços conquistados com muita luta e mobilização?

Talvez a intensificação dessas reações violentas possa ser considerada precisamente como um indicador de que finalmente começamos a mudar a *cultura de violações*, que naturalizava a discriminação e a violência, em favor de uma *cultura de direitos*, na qual as pessoas têm espaço para manifestar sua indignação e participar das decisões políticas que impactam suas vidas.

Quero acreditar que parte das manifestações preconceituosas e a intensificação do conservadorismo sejam, na verdade o último grito, o clamor desesperado de um grupo que não abre mão do poder e não quer dividir espaços com as novas vozes de pessoas que nunca antes tiveram acesso pleno aos serviços públicos e que hoje podem manifestar sua insatisfação e lutar por melhores condições de vida. E que não quer dividir espaço e disputar valores com esse mosaico de cores e de culturas que ressoam de todos os cantos e que só se fizeram ouvir graças a anos de políticas redistributivas e afirmativas.

Precisamos também entender, de outro lado, que qualquer democracia tem espaço para o conservadorismo. É aí que o movimento social é ainda mais importante, para ajudar nesta disputa de valores, na disputa das agendas de direitos humanos. O movimento ajuda os governos, os partidos, a tomarem posições que fazem avançar nestes aspectos.

Não podemos focar exclusivamente na parte vazia do copo e deixar de reconhecer que cada manifestação absurda de racismo, machismo, homofobia e xenofobia, cada disparate proferido por esses fundamentalistas da vida, tem desencadeado uma reação imediata dos movimentos e da sociedade civil organizada. E isso é muito positivo. Revela a maturidade política alcançada e aponta que os cidadãos e cidadãs têm efetivamente se percebido como sujeitos de direitos, na prática. Tais reações indignadas, coletivas ou individuais, presenciais ou virtuais, sinalizam que os brasileiros querem mostrar ao mundo que não vão abrir mão das conquistas dessas últimas décadas, que não permitirão novos retrocessos. A cada golpe ou ameaça de boicote à democracia e à valorização da diversidade, reacende-se a centelha da participação para deixar claro que posturas extremistas e discriminatórias não têm mais lugar no Brasil que queremos construir.

Esses sinais dão mostras de que os referenciais do que é ou não justo ou aceitável estão mudando, que os interesses coletivos começam a ter lugar mais que as disputas individuais. Hoje conseguimos perceber melhor as violações e dispomos de foros mais qualificados para nos organizarmos, para nos posicionarmos e para combatê-las. Isso é uma vitória a ser reconhecida e celebrada.

Obviamente, o passivo histórico de desigualdades no Brasil é enorme e impõe a necessidade de avançar ainda mais e mais rápido. O passado não tão distante, marcado por regimes autoritários e violações das liberdades, deixou profundas seqüelas no país, que ainda tentamos remediar. Não bastasse nosso histórico colonial explorador e escravagista, passamos por ditaduras que anularam brutalmente os direitos civis e políticos no país. Enfim, séculos de impunidade, de produção e reprodução de uma cultura de violações, em que a violência era

naturalizada, banalizada e potencializada diante da falta de justiça e de punições que pudessem dar um basta nesse ciclo, que sinalizassem que não aceitamos viver sem liberdade, justiça e dignidade.

O processo de redemocratização do país começou a quebrar esse ciclo, com uma ação constituinte intensa de afirmação de direitos. No governo Lula vimos as afirmações e reconhecimentos serem ampliados, especialmente ao contar histórias “incontadas”, a reconstruir e valorizar sujeitos normalmente excluídos e buscar reparação. Vemos isso nas ações afirmativas na educação, as indenizações aos hansenianos internados compulsoriamente, políticas para o segmento LGBT, a elaboração do projeto da comissão nacional da verdade.

Programas sociais de transferência de renda como o Bolsa Família, ou o aumento do salário mínimo, tornaram-se referência internacional e retiraram aproximadamente 40 milhões de pessoas da pobreza, contribuindo sensivelmente para reduzir as desigualdades sociais.

Além das melhorias sociais e econômicas, na última década o Brasil avançou muito na consolidação democrática, fortalecendo as instituições de representação social existentes e ampliando espaços públicos e canais de participação. Ou seja, o Brasil não apenas cresceu e distribuiu renda, mas também procurou agregar a seu padrão de desenvolvimento requisitos fundamentais para o crescimento com qualidade e justiça social: a ampliação dos direitos de cidadania, a consolidação da democracia, a geração de trabalho e renda e oportunidades de ascensão social com equidade.

Passamos sempre por momentos delicados na afirmação dos direitos humanos, idas e vindas. Vocês devem lembrar o contexto recente envolvendo o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNDH-3. A construção do texto ocorreu em um processo amplamente democrático, a partir da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que envolveu mais de 14 mil pessoas. O Programa resultou em um decreto com determinações para o Poder Executivo Federal e recomendações aos outros Poderes e instâncias federativas. As reações foram inacreditáveis. Nos

acusaram de querer derrubar o cristo redentor porque escrevemos previmos a retirada de símbolos religiosos das repartições públicas federais!

E vejam, das 511 ações previstas inicialmente, após amplo debate conduzido pelos meios de comunicação, com argumentos de setores conservadores e fortes, das grandes empresas de mídia, de organizações religiosas, militares e ruralistas, apenas duas foram retiradas e fizemos uns poucos ajustes de redação.

O que quero dizer? Teremos sempre que enfrentar a reação – o reacionarismo – cada vez que avançamos um pouco. Essa é a dinâmica democrática e a dinâmica histórica dos direitos humanos. Nosso mote é sempre seguir em frente, não admitir retrocessos, nos mobilizar para prevalecer a garantia de direitos.

Nosso desafio, neste momento, é procurar compreender como as subjetividades elaboram, simbolizam e interiorizam essas mudanças objetivas e, dessa forma, como garantir as condições para que o Brasil continue no caminho da construção de uma sociedade justa, equilibrada e fraterna, impulsionada pela participação social, pela disseminação dos valores democráticos e solidários, pela cultura de paz e de valorização das diferenças.

Para isso não basta toda uma gama de propostas, de vontade política e de boas intenções – isso ainda será pouco se não criarmos um grande movimento e uma forte mobilização para disputar os valores humanos. Sem a participação social qualificada, crítica, engajada, continuaremos avançando a passos lentos.

Precisamos fortalecer cada vez mais a sociedade civil organizada, os movimentos sociais, os jovens, estudantes, formadores de opinião, multiplicadores, para impulsionar, formular e construir juntos esse percurso, passo a passo. A juventude brasileira é criativa, conectada, batalhadora, diversa, que supera desafios todos os dias para estudar, trabalhar e ter lazer e que não pode viver com medo de sair às ruas, sentir-se diariamente ameaçada.

A democracia é um processo em constante construção e amadurecimento, e passaremos sempre por momentos de avanços e recuos, de disputa de valores e

de forças divergentes. Isso faz parte do processo democrático – o que não significa admitir retrocessos conservadores, ou admitir a exclusão e marginalização de uma ou outra pessoa, seja pelo motivo que for.

Ainda há muito a avançar, para garantir na realidade de todas e todos o que as cartas de direitos humanos reconhecem na teoria. Precisamos fazer ainda a revolução dos direitos humanos, uma avalanche de iniciativas que disseminem a cultura e educação em direitos humanos em todos os lugares, com ocupação do espaço público, com políticas públicas transversais, com garantia de direitos, cidadania LGBT, inclusão da população em situação de rua, protagonismo juvenil, respeito ao migrante, aos idosos, políticas humanizadas de atenção às drogas, segurança pública, enfrentamento ao trabalho escravo, direito à memória e à verdade, igualdade de gênero e racial, acessibilidade para pessoas com deficiência. E sempre, sempre com participação social em todos os momentos de construção das políticas e da gestão pública.

Estamos no caminho e juntos nessa luta!

Forte abraço. Obrigado.